



3 DE FEVEREIRO

LUTAR POR MOÇAMBIQUE

O pensamento de um líder nacionalista

Mostrar o que a colonização portuguesa foi de facto, para o Africano, procurar as verdadeiras origens da guerra e tentar explicar o que a luta significava para os seus participantes e o que estava emergindo dela em termos de novas estruturas sociais que podiam contribuir para soldar a África do futuro, foi a intenção de Eduardo Mondlane ao escrever, em 1968, o seu livro intitulado «Lutar por Moçambique», uma tradução da versão original em inglês «The Struggle for Mozambique». Este livro que se pode considerar como reflectindo o pensamento político de Eduardo Chivambo Mondlane comporta duas partes.

Não nos seria fácil, nem mesmo é necessário fazer um resumo do que o livro na sua globalidade trata. Porém, achamos imprescindível reter algumas ideias sobre o nacionalismo moçambicano, que, de uma ou de outra maneira, contribuiu para que em 1962 se conseguisse unir os moçambicanos, que já achavam durar demasiado tempo a dominação colonial, em torno de um só Movimento: a FRELIMO. Neste espaço também julgamos pertinente abordar a visão que Mondlane tinha sobre o futuro de Moçambique, expressa no último capítulo do livro, pois segundo ele «a libertação não significa para nós simplesmente a expulsão dos portugueses; significa reorganizar a vida do país e lançá-la na via do sólido desenvolvimento nacional».

Eduardo Mondlane em «Lutar por Moçambique» considera que o nacionalismo moçambicano, como todo o nacionalismo africano, nasceu da existência do colonialismo europeu, e explica:

— «A fonte de unidade nacional é o sofrimento em comum durante os últimos cinquenta anos passados debaixo do domínio efectivo português. A afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, económica, territorial e linguística. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade

territorial e criou a base para uma coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial.

Porém, foi limitada a comunicação entre as comunidades sujeitas às mesmas experiências. Todas as formas de comunicação vinham de cima, por meio da administração colonial. Este facto naturalmente dificultou o desenvolvimento duma consciencialização única em toda a área territorial. Em Moçambique, a situação foi agravada pela política do «Portugal Maior», pela qual a colónia é designada



Durante o I Congresso da FRELIMO



No tempo da luta armada

como uma «provincia» de Portugal, o povo chamado «português» pelas autoridades. Na rádio, nos jornais, nas escolas, há muita conversa sobre «Portugal» e muito pouco sobre «Moçambique». Entre os camponeses essa propaganda conseguiu dificultar o desenvolvimento dum conceito de «Moçambique»; e, como Portugal é uma ideia muito distante para constituir um factor de unificação, o tribalismo acentuou-se por falta de estímulo para olhar além da unidade social imediata.

Em muitas áreas onde a população é diminuta e pouco densa, o contacto entre o poder colonial e o povo era tão superficial que existia pouca experiência pessoal da dominação. Havia no Niassa Ocidental alguns grupos que nunca tinham visto os Portugueses antes da deflagração da actual guerra. Nessas áreas, a população tinha pouca noção de pertencer fosse a uma nação ou a uma colónia, e ao princípio foi-lhe difícil compreender a luta. Todavia, a chegada do

exército português mudou rapidamente esta situação».

Perante este quadro é de facto previsível que não era ainda tempo de se falar de nacionalismo em todo o território nacional. Apesar de existirem já nas cidades certos indivíduos que conseguiam compreender que «a força do colonizador era construída sobre a nossa fraqueza e que os seus progressos dependiam da mão-de-obra do africano».

A acção destes grupos, como se lê no «Lutar por Moçambique», foi encorajada pelo liberalismo da nova república em Portugal (1910-1926). Nesse então, estes grupos formaram sociedades e criaram jornais nos quais conduziram campanhas contra o colonialismo, exigindo direitos iguais, até que pouco a pouco começaram a denunciar todo o sistema colonial. O «Grémio Africano» (1920) mais tarde «Associação Africana». «O Centro Associativo dos Negros de Moçambique» e a «Associação dos Naturais de Moçambique» são al-

guns dos exemplos das sociedades criadas nesse período.

Verdade se diga que a ideia da criação de um movimento libertador ainda vinha longe. Mas como escreve Mondlane «o espírito destes movimentos iniciais e a natureza do seu protesto ficam bem ilustrados por este editorial de «O Brado Africano», de 27 de Fevereiro de 1932»:

«Estamos fartos. Tivemos que vos aturar, que sofrer as terríveis consequências das vossas loucuras, das vossas exigências (...) não podemos aguentar mais os efeitos perniciosos das vossas decisões políticas e administrativas. De agora em diante recusamo-nos a fazer maiores e inúteis sacrificios. (...) Já chega. (...) Insistimos que leveis a cabo os vossos deveres fundamentais, não com leis e decretos, mas com actos. (...) Queremos ser tratados da mesma maneira que vós. Não aspiramos ao conforto de que vos rodeais, graças à vossa força. Não aspiramos à vossa educação re-



Eduardo Mondlane com alguns líderes africanos. Da esquerda para a direita vêm-se Amália Fonseca, Secretária para a informação de Cabo Verde, Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, o representante da Tanzânia, Agostinho Neto, Presidente do MPLA, e Marcelino dos Santos (1965)

quintada (...) ainda menos aspiramos a uma vida toda dominada pela ideia de roubar o vosso irmão. (...) Aspiramos ao nosso «estado selvagem» que, todavia, enche as vossas barrigas e as vossas algibeiras. E exigimos alguma coisa (...) exigimos pão e luz. (...) Repetimos que não queremos fome nem sede nem pobreza nem lei de discriminação baseada na cor (...) Havemos de aprender a usar o bisturi (...) a gangrena que espalhais entre nós há-de infectar-nos e então já não teremos a força para a acção. Agora temo-la (...) nós, as bestas de carga (...).

A força destes movimentos e particularmente de o jornal «O Brado Africano» foi amordaçada em 1936 pela censura do governo fascista. Porém, a revolta dos intelectuais não parou. Nomes sonantes como de Noémia de Sousa, José Craveirinha, Malangatana, Marcelino dos Santos (o único destes que participou na luta arma-

da) entre outros, deixaram marcas no colonialismo português.

Noémia de Sousa, num dos seus poemas, em memória de um amigo seu deportado depois da greve de 1947, escreve:

Mas que importa?
Roubaram-nos, João
mas João somos nós todos
por isso João não nos abandonou
[donou
João, não era, João é e será
porque João somos nós, nós
[somos multidão
e multidão
quem pode levar multidão e
fechá-la numa jaula

Na onda de poesia como forma de reivindicação, o livro «Lutar por Moçambique» cita, entre outros poemas o «Grito Negro», de José Craveirinha.

Eu sou carvão
E tu arrancas-me brutalmente
[do chão
e fazes-me tua mina patrão.

Eu sou carvão
tu acendes-me, patrão
para te servir eternamente
[como força motriz
mas eternamente não, patrão

Eu sou carvão
e tenho que arder, sim
e queimar tudo
com a força da minha combustão
[bustão.

Eu sou carvão
tenho que arder na exploração
[cão
arder vivo como alcatrão, meu
[irmão
afê não ser mais a tua mina,
[patrão

Eu sou carvão
tenho que arder
queimar tudo com o fogo da combustão,
[minha combustão,
sim!
Eu serei o teu carvão, patrão!

O movimento nacionalista ganhou mais ímpeto em 1949 com a fundação, por Eduardo Mondlane, do Núcleo dos Estudantes Secun-

dários Africanos de Moçambique (NESAM) ligado ao Centro Associativo dos Negros de Moçambique e que igualmente, a coberto de actividades sociais e culturais movia entre a juventude uma campanha política para espalhar a ideia da independência nacional e incitar à resistência contra a sujeição imposta pelos portugueses.

Apesar da limitante do número dos seus membros a NESAM, escreve Mondlane, «pelo menos de três maneiras deu um importante contributo para a revolução». Comunicou ideias nacionalistas à mocidade negra instruída. Conseguiu certa revalorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos portugueses para levarem os estudantes africanos a desprezarem e abandonarem o seu próprio povo.

Deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique sem ser como um apêndice de Portugal. E, talvez o mais importante de tudo, cimentou contactos pessoais, estabeleceu uma rede de comunicação a nível nacional, que se formou entre gente de todas as idades, e que podia ser utilizada por um futuro movimento secreto. Por exemplo, quando a FRELIMO se instalou na região de Lourenço Marques em 1962-1963, os membros da NESAM foram os primeiros a serem mobilizados e constituíram uma estrutura para receber o partido».

O FUTURO

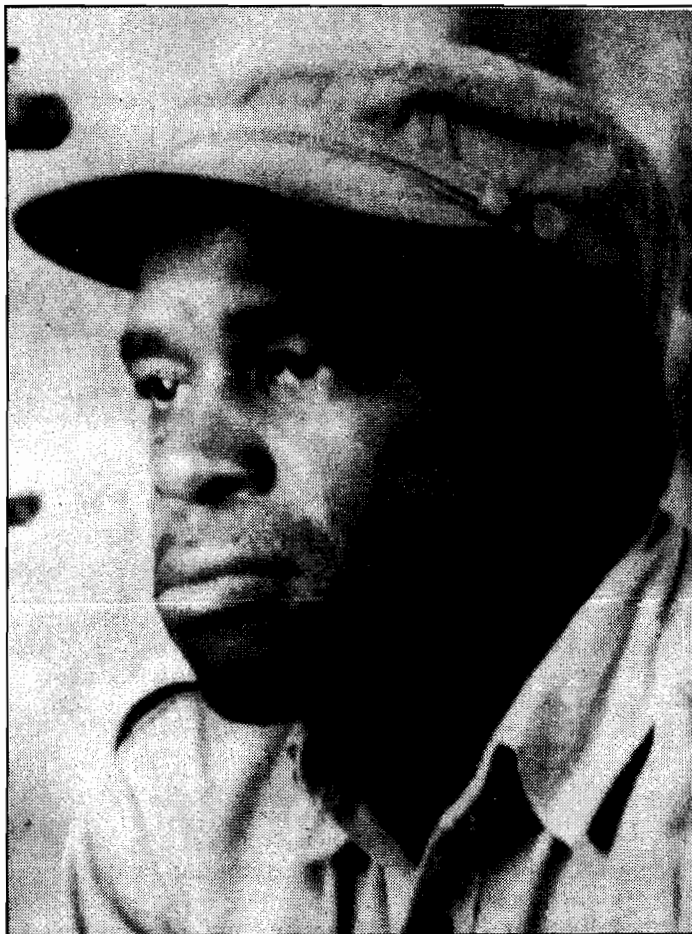
No último capítulo do seu livro, Eduardo Mondlane aborda o futuro do país. Dele passamos a transcrever algumas passagens:

— «A libertação não significa para nós simplesmente a expulsão dos portugueses; significa reorganizar a vida do país e lançá-la na via do sólido desenvolvimento nacional. Para isso é necessário tirar o poder político das mãos dos portugueses, visto que estes se opuseram sempre ao progresso social e estimularam somente aquele desenvolvimento económico que podia beneficiar uma «élite» pequena e quase exclusivamente estrangeira. Mas o movimento de libertação não poderá reivindicar o êxito até que através dele o povo con-

siga o que os portugueses lhes recusaram: nível de vida tolerável; instrução; condições de desenvolvimento económico e cultural; oportunidade de participar no seu próprio governo. Assim, a pergunta «quanto tempo durará a guerra?» não é tão importante como parece. Aconteça o que acontecer, quer tenhamos que continuar por dez ou vinte anos a combater palmo a palmo no nosso caminho até Lourenço Marques, quer os portugueses desistam e se retirem nos próximos anos, os nossos problemas não terminarão com a independência. Contudo, se a guerra for longa, estes poderão ser menos agudos. A independência, por si só, não muda as atitudes do povo dum dia para o outro, e o colonialismo desencoraja todas aquelas qualidades necessárias à boa construção da democracia. Entre os ignorantes, a regra autoritária reprime a iniciativa, o sentido da responsabilidade pessoal, e cria, em lugar deles, uma atitude de não cooperação com o governo; entre os poucos instruídos, estimula um

elitismo imitado da complicada hierarquia do governo colonial. Nas zonas libertadas, são estas as tendências que tivemos de combater, ao mesmo tempo que fazíamos campanha contra problemas tradicionais como tribalismo, a superstição e o baixo nível geral de compreensão política e económica. A urgência proveniente das condições da guerra forçou-nos a reconhecer logo estes problemas e mostrou-nos a importância da educação política.

Uma vez que a finalidade da guerra é construir um Moçambique novo, e não apenas destruir o regime colonial, todos temos que ter ideias acerca do modo de organizar a futura nação; mas isso está muito longe para podermos discuti-lo formalmente nesta fase. A nossa política quanto às questões imediatas pode apenas dar alguns tópicos para o futuro. A estrutura da FRELIMO pode também ser olhada como percursora dum corpo político nacional. Faz parte da essência desta estrutura,



O homem e a revolução



Um fraternal abraço entre Mondlane e Neto

porém que as ideias venham do povo; que os membros dos Comités Executivos e Central sejam livremente eleitos e possam portanto mudar. O eleitorado vai crescendo à medida que novas áreas vão sendo libertadas e que novos chefes vão surgindo a todos os níveis. Daqui por dez anos todo o executivo pode ter mudado. Assim, ao discutir o futuro posso apenas evocar as minhas próprias convicções; não posso prever o que será decidido por um Comité Central que ainda não existe.

O governo de qualquer país em vias de desenvolvimento tem como finalidade oficial o progresso económico e social assente em largas bases. Creio que uma das condições necessárias para o conseguir é eliminar as forças económico-sociais que favorecem as minorias. Por isso não entendo apenas minorias raciais: estas perderão automaticamente os seus privilégios especiais quando se fundar um Estado africano. Em muitos aspectos existe grande perigo na formação de grupos africanos

privilegiados; instruídos dum lado, ignorantes do outro; operários fabris dum lado, do outro camponeses. Paradoxalmente, para evitar a concentração de riquezas e serviços em pequenas áreas do país e nas mãos de poucos, é necessário um forte planeamento central. Isto tornaria possível distribuir professores e médicos por todo o país, bastando simplesmente não dar muitas oportunidades de emprego numa determinada área. Do mesmo modo, o planeamento industrial teria em conta a mão-de-obra e não somente as conveniências de transporte; novas indústrias seriam espalhadas pelo país, onde houvesse populações que nelas trabalhassem, e não situadas nas cidades existentes, cujo desenvolvimento tem muitos anos de avanço sobre o das zonas rurais. Os preços e salários podiam ser regulados por todo o país. Estas medidas poderiam por si próprias equilibrar a distribuição do rendimento. Mas, além disto, seria necessário manter um limite baixo de salários. Isto é especialmente

importante no caso do pessoal do governo. Porque, uma vez que as pessoas no Poder gozem de situação económica privilegiada, deixam de partilhar dos problemas por cuja solução são responsáveis.

Para a realização de quaisquer planos sociais, será necessário rápido desenvolvimento económico. Haverá que desenvolver a agricultura e criar numerosas pequenas indústrias transformadoras de modo a podermos satisfazer as nossas necessidades essenciais e reduzir as importações.

Creio que na instrução terá de haver dois programas paralelos. Por um lado, uma campanha vasta, dedicada a adultos assim como à criança para dar à população um grau mínimo de educação. Higiene pública, politização, economia e leituras básicas formariam o principal conteúdo deste programa. Por outro lado, será essencial proporcionar cursos de especialização técnica para alguns, a fim de treinar pessoal necessário à execução dos vários projectos de desenvolvimento. É importante considerar, neste aspecto, que os cursos sejam intimamente ligados às necessidades de Moçambique; e em segundo lugar, que os poucos alunos seleccionados não tenham privilégios especiais além do puro privilégio dum educação superior.

Não será fácil realizar o tipo de progresso descrito; aponte estas ideias apenas como um esboço do plano que pessoalmente vejo na continuação da nossa luta depois da vitória.

Ora, neste momento, a maior parte das nossas energias têm que ser orientadas para ganhar esta guerra. Só uma coisa é certa: é que o relógio não pode andar para trás. As transformações efectuadas no Norte são irreversíveis; e mesmo no Sul, onde ainda não há luta física, o mito da força portuguesa desapareceu. O próprio facto de que em mais de um quinto do território foi eliminado o Estado colonial mudou já radicalmente as perspectivas para todo o Moçambique e mesmo, a longo prazo, para toda a África Austral. □